



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

PROCESSO
ÓRGÃO DE
ORIGEM:
ASSUNTO:
EMENTA:

Nº [2477/00-e](#)

Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF

Admissão de Pessoal

Exame da legalidade, para fins de registro, de admissões havidas por decisão judicial no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia) da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, decorrente do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE.

Decisão ORD nº 3537/17 (peça 197), proferida na SO nº 4971, de 25.07.17: acompanhamento de ações judiciais. **Decisão ORD nº 637/20** (peça 205), prolatada na SO nº 5198, de 05.03.20: pela determinação à PCDF para que, no prazo fixado no **decisum**, remeta a este Tribunal informações sobre a situação do servidor **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR** (hoje aposentado no cargo de Agente Policial de Custódia da Carreira da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF), admitido em decorrência do Ed. nº 1/98-PC-AGP/CESPE (DODF de 23.09.98), especialmente em razão do acórdão proferido pelo TJDFT nos autos do MS TJDFT nº 2011.00.2.020835-5, mantido pelo Excelso STF mediante decisão exarada nos autos do RE nº 1.050.340-DF, que transitou em julgado em 08.03.18, bem como à d. PGDF que mantenha em acompanhamento as ações judiciais movidas por **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES** (MS TJDFT nº 2011.00.2.020841-6) e por **VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE** (Processo TJDFT nº 2010.01.1.062245-6), Agentes Policiais de Custódia, da Carreira da PCDF, admitidas em decorrência do Ed. nº 1/98-PC-AGP/CESPE, até o seu trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a PCDF de como deve proceder, encaminhando suas conclusões a este Tribunal. **Ofício nº 10/2020 – PCDF/DGPC/ASS/SCD** (peça 232), de 03.07.20, e seus anexos (peça 233-238), documentos encaminhados pela PCDF, que relacionam o presente processo ao do GDF nº 00052-00004761/2020-50, bem como noticiam o encaminhamento do assunto ao Exmo. Governador do DF (sugestão para o envio à CJDF), para, caso assim entenda, anulação da investidura precária no cargo de Agente Penitenciário, da carreira da PCDF, de **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**, com a consequente insubsistência da aposentadoria deste, e, no tocante às servidoras **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES** e **VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE**, pela sugestão, ainda, para que se aguarde o trânsito em julgado dos recursos delas. **Ofício nº 826/2020 – PGDF/GAB** (peça 239), de 31.08.20: informa o trânsito em julgado do Proc. TJDFT nº 0025560-23.2010.8.07.0001-PJ-e, relativo a **VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE**. **Requerimento de VANIUCHKA VINAGRE** (peça 240), de 14.09.20: noticia o trânsito em julgado do RE nº 1.200.469-DF (Processo TJDFT nº 0025560- 23.2010.8.07.0001-PJ-e), requerendo o deslinde do feito e a apreciação da sua aposentadoria, conforme **Ato SIRAC nº 025855-0**. **Decisão ORD nº 4976/20** (peça 246), proferida na SO nº 5235, de 18.11.20: pelo conhecimento de documentos, pelo conhecimento do trânsito em julgado no Processo TJDFT nº 0025560-23.2010.8.07.0001-PJ-e (consoante Enunciado nº 20 das Súmulas de Jurisprudência deste TCDF), autorizando o registro da admissão de **VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE**, no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), da Carreira de PCDF, decorrente do concurso público regulado pelo Ed. nº 1/98-PC-AGP/CESPE (DODF de 23.09.98), por guardar conformidade com a decisão judicial que lhe deu causa, já passada em julgado, pela determinação à PGDF que mantenha o devido acompanhamento do MS TJDFT nº 2011.00.2.020841-6, impetrado por **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES**, admitida **sub judice** no cargo de Agente Penitenciário, da Carreira da PCDF, decorrente do concurso público regulado pelo Ed. nº 1/98-PC-AGP/CESPE, até seu trânsito em julgado, oportunidade em que deverá comunicar a PCDF e este Tribunal sobre o desfecho da demanda para fins de apreciação da legalidade da admissão, pela determinação à PCDF para que, no prazo fixado, em relação a **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**, admitido **sub judice** no cargo de Agente Penitenciário, da Carreira da PCDF, decorrente do Ed. nº 1/98-PC-AGP/CESPE (DODF de 23.09.98), forneça esclarecimentos sobre a atual situação funcional do servidor, tendo em conta o deslinde do MS TJDFT nº 2011.00.2.020835-5, e para que a jurisdicionada notifique previamente o servidor para apresentar as razões de defesa que julgar pertinentes, ante a possibilidade deste Tribunal considerar ilegal a sua admissão. **Ofício nº 961/2020 – PCDF/DGPC/ASS e anexos** (peças 256-276). **Ofício nº 230/2021 – PCDF/DGPC/ASS e anexos** (peças 277-280), de 05.04.21, especialmente o **Ofício nº 011439/2021 – GEAD/UEG/GAB** (peça 278 – PGDF), de 27.03.21. **Decisão ORD nº 1975/21** (peça 286), prolatada na SO nº 5255, de 26.05.21: pela perda de objeto da análise da admissão de **ELIEL**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

FLORES RORIZ JÚNIOR, no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, em decorrência do Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.98, tendo em conta a impetração do novel MS nº 0719171-32.2020.8.07.0000-PJ-e, sem prejuízo de que a aposentadoria seja examinada no respectivo Ato SIRAC, e pela determinação à PCDF e à PGDF que mantenham, conjuntamente, o devido acompanhamento do MS nº 2011.00.2.020841-6, impetrado por **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES**, servidora ora aposentada, admitida e **sub judice** no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia) da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, em decorrência do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.98, até o respectivo trânsito em julgado da lide retro, oportunidade em que as jurisdicionadas supracitadas deverão encaminhar ao Tribunal as conclusões sobre as providências pertinentes, para fins de apreciação da legalidade da admissão. Documentos carreados aos autos por **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR** (peças 293-295), referente ao MS nº 0719171-32.2020.8.07.0000-PJ-e.

Admissão de pessoal. Sub judice. Decisão nº 3770/21. Registro tácito em definitivo. Determinações. Arquivamento.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos do exame da legalidade, para fins de registro, de admissões havidas por decisão judicial no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia) da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, decorrente do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, nos termos da ementa.

2. Assim, por uma maior clareza processual, cumpre transcrever o inteiro teor da sobredita **Decisão ORD nº 1975/21** (peça 286), proferida na SO nº 5255, de 26.05.21, última exarada nos autos em apreço, vazada nos termos abaixo reproduzidos, **verbis**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, **decidiu: I – tomar conhecimento:** a) dos Ofícios nºs 961/2020 – PCDF/DGPC/ASS e anexos (peças 256 – 276) e 230/2021 – PCDF/DGPC/ASS e anexos (peças 277 – 280), notadamente do anexo Ofício nº 011439/2021 – GEAD/UEG/GAB (peça 278 – PGDF), sendo este último da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF; b) do teor do Acórdão nº 1.314.523, proferido pelo Colendo Conselho Especial do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, no bojo do novel Mandado de Segurança nº 0719171-32.2020.8.07.0000-PJ-e, impetrado por **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR** contra a cassação de sua aposentadoria, com decisão judicial, até o presente momento, a ele favorável; II – deliberar pela perda de objeto da análise da admissão de **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**, no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, em decorrência do Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.98, tendo em conta a impetração do Mandado de Segurança nº 0719171-32.2020.8.07.0000-PJ-e, acima comentado, sem prejuízo de que a aposentadoria seja examinada no respectivo Ato SIRAC; III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que mantenham, conjuntamente, o devido acompanhamento do Mandado de Segurança TJDF nº 2011.00.2.020841-6, impetrado por **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES**, servidora ora aposentada, admitida e **sub judice** no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia) da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, em decorrência do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.98, até o respectivo trânsito em julgado da lide retro, oportunidade que deverão encaminhar ao Tribunal as conclusões sobre as providências pertinentes, para fins de apreciação da legalidade da admissão; IV – dar ciência desta decisão à Governadoria do Distrito Federal, à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF; V – determinar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE/TCDF, para fins de acompanhamento. O Conselheiro **INÁCIO MAGALHÃES FILHO** deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, I, do RI/TCDF.” (sem grifos no original)*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

3. A corporação civil jurisdicionada, por seu turno, quedou-se inerte diante da determinação suso transcrita – precisamente no **item III** do **decisum** supra –, nada tendo informado, até o presente momento, a esta Colenda Corte de Contas do Distrito Federal – TCDF, até porque não houve tramitação judicial significativa no feito.

4. Noutro giro, o servidor **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR** carreou aos autos alguns documentos (peças 293-295), ref. ao novel MS nº 0719171-32.2020.8.07.0000-PJ-e, que dispensam quaisquer providências, uma vez que o **item II** da **Decisão nº 1975/21** (peça 286) já deu o encaminhamento necessário ao caso em questão, não havendo mais, especificamente nestes autos, medidas adicionais a serem adotadas.

5. Pois bem. No que tange à servidora aposentada **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES**, constata-se novamente que o Mandado de Segurança nº TJDF 2011.00.2.020841-6, impetrado originalmente pela servidora perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, ainda tramita, ressalte-se, em grau de recurso, perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça – STJ, consoante RMS nº 41.199-DF, sendo que, mesmo não tendo havido o trânsito em julgado da ação judicial em apreço, em consulta ao DODF nº 8, de 09.01.15, verifica-se a publicação do ato de concessão de aposentadoria da referida servidora (**Ato SIRAC nº 014206-4**), o que impõe o acompanhamento da aludida demanda pelos órgãos jurisdicionados envolvidos, no mesmo sentido das instruções anteriores deste corpo técnico (peças 200, 241 e 281), datadas, respectivamente, de 1-out. 2019, 28-set. 2020 e 16-abr. 2021.

6. Ademais, em recente e novel estudos especiais realizados por esta Colenda Corte de Contas do Distrito Federal – TCDF acerca da aprovação do Tema de Repercussão Geral nº 445¹ pelo Excelso Supremo Tribunal Federal – STF, e o respectivo estabelecimento do prazo de 5 (cinco) anos para análise dos atos sujeitos a registro pelo controle externo, a Decisão nº 3770/21 (peça 23 do Processo nº [00600-00000146/2020-39-e](#)), prolatada na SO nº 5272, de 29.09.21, alcançou as seguintes conclusões normativas, **verbis**:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, que aderiu aos ajustes apresentados pelo Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I – autorizar o levantamento do sobrestamento determinado pelo item I da Decisão nº 2.943/2020, tendo em vista o trânsito em julgado do RE 636.553/RS; II – conhecer os estudos especiais em análise para, diante do julgamento, pelo STF, do RE 636.553/RS, deliberar que: a) o prazo para julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, por parte do Tribunal de Contas, é decadencial de 05 (cinco) anos, ininterrupto, "tout court", que, uma vez atingido, faz com que o ato seja considerado tacitamente apreciado, isto é, tacitamente registrado, com base na segurança jurídica e na proteção da confiança; b) o prazo mencionado no item anterior não se confunde com o prazo decadencial de 05 (cinco) anos a contar do registro do ato, tácito ou expresso, pelo Tribunal de Contas, para que se proceda à sua revisão com base no artigo 54 da Lei nº 9.784/1999; c) considera-se como marco inicial do prazo decadencial quinquenal definido pelo STF no Tema nº 445 de Repercussão Geral, o ingresso do ato no TCDF para análise, seja por meio eletrônico ou físico, uma vez que é nesse momento que a Corte toma conhecimento do ato sujeito a registro e possui condições de analisá-lo; d) o registro tácito se dá no dia seguinte ao do fim do prazo para análise pelo Tribunal de Contas, termo inicial do prazo decadencial para revisão (artigo 54 da Lei nº 9.784/1999), e não da decisão que reconheça o registro tácito, meramente declaratória; e) a análise posterior dos aspectos financeiros dos atos concessórios por força da Decisão nº 77/2007 não suspende ou interrompe os prazos quinquenais decadenciais quanto a esses aspectos, que devem ser analisados nos mesmos prazos dos atos sujeitos a registro; f) conforme discussão quando da definição do Tema nº 445/STF, o entendimento quanto ao prazo quinquenal a contar do ingresso do

¹ **Tema STF nº 445:** "Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas."



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

ato no Tribunal de Contas possui caráter prospectivo, não acarretando qualquer consequência a atos já julgados, com decisão de mérito pelo registro ou pela negativa de registro, mas sendo plenamente aplicável aos atos em análise, em trâmite nos tribunais de contas, ainda que publicados anteriormente à definição da tese; g) as conclusões advindas do estudo em análise se aplicam a todos os atos elencados no inciso III do artigo 71 da CF/88 - admissões, aposentadorias, reformas e pensões civis e militares – , uma vez que os fundamentos jurídicos que embasaram a decisão do RE 636.553/RS (Tema n.º 445) aplicam-se igualmente a todos os atos sujeitos a registro; h) muito embora a apreciação inicial dos atos sujeitos a registro (art. 71, inciso III, CF) prescindia da participação dos interessados, conforme dispõe a Súmula Vinculante n.º 3 do STF, com assento na balança da razoabilidade, considera-se salutar a prática de ofertar razões de defesa preliminares aos interessados, possivelmente atingidos por atos contrários aos seus interesses; III – ordenar à Segecex que, em conjunto com a Sefipe: a) identifique, entres os atos constantes da base de dados do Sistema de Registro de Admissões e Concessões (SIRAC) pendentes de julgamento, aqueles que, à luz da decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal - STF no Recurso Extraordinário n.º 636.553/RS, devem ser considerados tacitamente registrados; b) identifique, entre os atos selecionados segundo o critério acima, aqueles que contenham algum tipo de ilegalidade e cujos prazos para revisão de ofício encontram-se em curso, adotando medidas sistematizadas para que sejam, com a maior brevidade possível, submetidos aos procedimentos de revisão de ofício, com fulcro no artigo 54 da Lei n.º 9.784/1999, c/c o artigo 260, § 2º, do RI/TCDF; c) confeccione relatório com as informações relativas aos atos tacitamente registrados, não mais passíveis de revisão de ofício, a ser submetido ao conhecimento desta Corte, com proposta de arquivamento dos processos correspondentes e ciência dos órgãos de origem, sem prejuízo das determinações corretivas para situações não convalidadas pelo registro tácito; d) informe ao Plenário, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas com vistas ao cumprimento das determinações acima, bem como os eventuais obstáculos a serem enfrentados, no âmbito do TCDF, com indicação das possíveis soluções, para que possa ser impedida a convalidação indevida do maior número possível de atos de concessão de pessoal, em estrita observância do dever definido no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal; IV – determinar ao Corregedoria-Geral do Distrito Federal – CGDF que, quando da análise de sua alçada, adote as providências necessárias e cabíveis para integral saneamento dos atos de admissão ou de concessão, previamente ao envio a esta Corte de Contas, manifestando-se conclusivamente acerca de eventual acumulação de cargos ou de quaisquer outras irregularidades que possam inviabilizar o registro, abstendo-se de encaminhá-los com a mera indicação das impropriedades detectadas; V – autorizar a implementação de ajustes nos módulos do SIRAC e no e- TCDF para o controle automatizado dos prazos decadenciais, conforme definido nesta decisão; VI – dar ciência desta decisão aos jurisdicionados; VII – autorizar o arquivamento dos autos." (sem grifos no original)

7. Nesse esboço, constata-se que a admissão **sub examine** da servidora **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES** amolda-se perfeitamente à hipótese prevista no item II, alíneas “a”, “b” e “g”, da decisão objeto dos estudos especiais alhures mencionados³, cabendo, portanto, considerar tacitamente registrada em definitivo a referida permanência nos quadros da corporação civil, sem prejuízo de determinações específicas à d. Procuradora- Geral do Distrito Federal – PGDF e à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF para que, conjuntamente, acompanhem o deslinde do Mandado de Segurança TJDF n.º 2011.00.2.020841-6 até o seu regular e legal trânsito em julgado, adotando, por ocasião do desfecho judicial, as medidas cabíveis à espécie, o que será objeto de verificação em futura fiscalização.

8. Ante o exposto e sem maiores delongas, sugere-se ao e. Plenário:

- I. tomar conhecimento dos documentos carreados aos autos pelo servidor **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR** (peças 293-295), referente ao MS n.º 0719171-32.2020.8.07.0000-PJ-e, sem prejuízo do que restou decidido pelo item II da Decisão n.º 1975/21;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

- II. considerar tacitamente registrada em definitivo, consoante o Tema de Repercussão Geral nº 445 do Excelso Supremo Tribunal Federal – STF, bem como o item II, alíneas “a”, “b” e “g”, da Decisão nº 3770/21, a permanência de ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES no cargo de Agente Policial de Custódia, da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, decorrente do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE;
- III. determinar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que mantenham, conjuntamente, o devido acompanhamento do Mandado de Segurança TJDF nº 2011.00.2.020841-6, impetrado por ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES, servidora ora aposentada admitida **sub judice** no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia) da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, em decorrência do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, até o respectivo trânsito em julgado da lide retro, oportunidade em que a PGDF deverá orientar a PCDF de como deve esta última deverá proceder, por ocasião do desfecho da demanda judicial em comento, **o que será objeto de verificação em futura fiscalização por parte deste Tribunal;**
- IV. dar ciência da decisão que vier a ser proferida por este Tribunal à d. Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, bem como à própria Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF; e
- V. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE/TCDF, **para fins de arquivamento.**

À consideração superior.

Brasília, 1º de dezembro de 2021.

ANDRÉ MAGALHÃES PEREIRA
Auditor de Controle Externo
Matrícula nº 1.544-9
Assinado Eletronicamente